

CPI da Dívida Externa abre trabalhos sem o PDS

BRASÍLIA (O GLOBO) — Com a presença apenas de seus integrantes oposicionistas, a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Dívida Externa aprovou ontem o roteiro de trabalho, escolheu os depoentes e as informações que requererá ao Banco Central e à Secretaria de Planejamento. O PDS não participou da reunião, por não concordar com a ocupação da Presidência pelo PMDB.

A CPI decidiu dar um prazo de 48 horas — contado a partir da manhã de ontem — para que o PDS reconsidere sua posição de não integrá-la, e assim indique o relator. Pouco antes, os deputados de oposição leram nota de solidariedade a Alencar Furtado (PMDB-PR), eleito Presidente e acusado de intransigência por não abrir mão do cargo.

Na nota, os parlamentares afirmam que Furtado, ao adotar tal atitude, expressou o ponto de vista de todos eles. Consideram que pela importância da CPI seria uma grave omissão que a oposição, tendo maioria de seus membros, não indicasse o Presidente, e afirmam que “na realidade o PDS não se acostumou ainda à idéia de que sendo minoria na CPI não tem como impor os seus pontos de vista, e por isso tudo faz com o objetivo de torpedear ou retardar o seu funcionamento”.

Prosseguem os deputados afirmando que pretendem que a CPI se inteire da real situação da dívida externa, do verdadeiro alcance dos acordos financeiros com o FMI e possa oferecer alternativas ao Congresso e à Nação.

Embora não pertença à CPI, o Deputado Nilson Gibson (PDS-PE) era o único representante do partido do Governo na reunião, e logo no início pediu verificação de “quorum”, já que só estavam presentes cinco deputados, e o número mínimo para o funcionamento desta comissão é de seis. Com a chegada de Djalma Falcão (PMDB-AL), o requisito foi preenchido, não cabendo mais a arguição feita por Gibson.

Os oposicionistas acusaram Gibson de tentar obstruir os trabalhos da CPI, tendo o Deputado José Fogaça (PMDB-RS) deplorado o papel exercido pelo deputado pernambucano, “que está se prestando a tarefas menores, com um comportamento antiparlamentar e antidemocrático”. Fogaça disse que a ausência do PDS era uma manifestação de vontade, e Aldo Arantes (PMDB-GO) manifestou sua crença de que o PDS integrará a CPI, cumprindo seu dever, porque se não o fizer dará sinais de que “está com medo”.

ROTEIRO

A CPI ouvirá inicialmente os economistas Celso Furtado e Maria da Conceição Tavares, o Coronel Raimundo Saraiva Martins — autor de relatório sobre o endividamento — os empresários Olavo Setúbal e Antônio Ermírio de Moraes, o ex-Diretor da Cacex Benedito Moreira, o General Andrada Serpa, e o ex-Senador Teotônio Vilella.

Investigará também o caso da dívida da Polônia com o Brasil, através dos depoimentos do Secretário-Geral da Seplan, Flávio Pécora, dos Embaixadores Meira Penna e José Botafogo, e do economista Eduardo Pereira de Carvalho.

PDT COMPARECE

O Líder do PDT na Câmara, Deputado Bocayuva Cunha, orientou o Deputado Jacques D'Ornellas a não comparecer à reunião da CPI da dívida externa. Argumentou que as oposições não estavam se conduzindo da melhor maneira ao preencherem a Presidência da Comissão, já que a tradição parlamentar é a de que tal cargo seja ocupado pela minoria.

Bocayuva Cunha, depois de defender o direito de o PDS fazer o Presidente da CPI, sustentou que isso seria mais conveniente, para que não houvesse represálias do partido do Governo em outras Comissões. D'Ornellas, entretanto, não seguiu tal recomendação e compareceu à CPI.